

Um Brasileiro na História do Mundo

JACQUES MARCOVITCH*

A galeria dos heróis da humanidade está repleta de políticos e de soldados. Tem sido a guerra, e não a paz, uma grande fonte de mitos que alimentam o orgulho das nações. Revoluções e conflitos militares, mesmo tendo ideais de justiça como fundamentos, foram os palcos da mitificação. Cresceram neles personagens que tiveram origem no universo da violência, usada como forma de ataque ou defesa de escolhas políticas.

Já houve até, no processo de grandes insurreições transformadoras, o terror legitimado pelo poder do Estado – e não pode haver instrumento mais odioso de terrorismo. É triste que alguns dos líderes desses eventos tenham passado à história como heróis e assim permanecido na mitologização em que se transformou boa parte da memória social.

A história foi compreendida pelo inglês Thomas Carlyle como a essência de incontáveis biografias. Ele viu os chamados grandes homens, especialmente chefes de Estado e militares, como delegados de Deus na Terra. As suas célebres conferências sobre o culto do herói

* Jacques Marcovitch, o organizador desta obra, é ex-reitor e professor titular da Universidade de São Paulo. É também professor do curso de Relações Internacionais da mesma Universidade.

e outras reflexões que produziu no século XIX foram interpretadas, já no século XX, como precursoras do nazismo e outras formas de tirania. A identificação que fez do poder com o direito e a divinização dos chefes políticos, elementos implícitos ou explícitos em sua obra, contribuíram para esta fama. A história deu-lhe o troco. É sempre um erro supor que a razão está necessariamente com os vencedores ou com os que sobrevivem pela força.

Aqui tratamos de outra espécie de grande homem. Não houvesse motivos especiais para este livro – e há muitos –, um deles precisa ser de imediato sublinhado: celebramos um herói não vinculado às noções de conquista. Estamos homenageando um herói da paz. Anti-herói? Melhor dizermos herói-mártir, que não manchou as mãos com sangue dos outros, mas do seu próprio corpo, naquele fatídico 19 de agosto de 2003, em Bagdá. Mostra-se neste livro o papel do indivíduo na história coletiva, sem que tivesse ele vínculos de ordem militar ou qualquer subordinação a interesses de um determinado Estado.

Como definir os sentimentos que guiaram os seus passos na vida? Podemos, nesse aspecto, invocar o exemplo de Hannah Arendt. Ela assumiu, em sua existência, uma atitude geral que chamou de *amor mundi* – o que levou Elizabeth Young-Bruehl, autora de sua biografia, a intitulá-la *Hannah Arendt, for Love of the World*. Diz a autora que optou por uma “biografia filosófica”, mesmo admitindo o risco de aparente contradição, em face da “invisibilidade do pensamento e da intemporalidade da história”. Essa linha de pesquisa, entretanto, era a que o *amor mundi* praticamente exigia. Cabe aqui dizer que o mesmo raciocínio induz a concepção deste livro, que tem o pensamento de Sérgio como foco central. Até porque foi sobretudo “por amor ao mundo” que ele pensou, agiu e morreu.

É certo que uma igual sensibilidade às dores universais inspirou ações de figuras como Giuseppe Garibaldi e Ernesto Che Guevara, por exemplo. Mas, no cotejo de seus feitos com os de Sérgio, é preciso notar que o brasileiro jamais liderou missões de combate, e os resultados que buscava, e alcançou, tiveram sempre como princípios basilares a paz e a reconstrução.

Sérgio Vieira de Mello sacrificou-se por uma causa de todos os povos. Não se trata de minimizar as lutas nacionais, que outros grandes mártires travaram, igualmente sem agressão ao próximo. Um deles, o grande Martin Luther King, cuja luta por justiça racial comoveu o planeta inteiro, delimitou o cenário de sua causa: colinas vermelhas da Geórgia, ladeiras curvas da Califórnia, *rockies* cobertos de neve no Colorado e todas as montanhas do país natal, onde pudesse ressoar, mesmo em sonho, o sino da liberdade.

Sérgio também teve um sonho. Dedicou 33 anos de sua existência ao trabalho numa liga cuja denominação pode ser vista como prova de resistência da utopia. Chama-se Organização das Nações Unidas, quando se sabe que a desunião sempre foi, ao longo da história, da própria natureza das nações. As relações internacionais, no entendimento de Raymond Aron, desenvolvem-se “à sombra da guerra”. Isto quer dizer que engendram sempre a possibilidade de guerra, que é o contrário do direito. Depois de apontar o inevitável revezamento entre concórdia e beligerância na história da humanidade, Aron nos mostra que o choque armado é um fenômeno de todas as épocas: “Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis, explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático”.

Nos choques máximos entre Estados ou grupos internos de países, avultam as figuras de militares e diplomatas, cabendo a estes últimos, quase sempre, o equacionamento das tarefas de pacificação e reconstrução, que têm como bases (precárias) argumentos jurídicos e esforços pessoais de convencimento. Acabam prevalecendo as habilidades reveladas pelos negociadores.

Cientistas políticos não hesitam em relativizar a eficácia do direito internacional, pois este nobre produto do saber é usado, frequentemente, como instrumento das políticas externas dos países. Basta dizer que não prevê sanções aos Estados por crimes contra a humanidade. O mais recente avanço, como a instituição de uma Corte

internacional, apenas estabelece a responsabilização individual por tais delitos.

Nesse campo minado pelo jogo de interesses e usos de força, movimenta-se a ONU em seu propósito de aplainar caminhos para o entendimento entre os povos. Sendo a última fronteira da utopia em nosso tempo indisciplinado, urge fortalecê-la e respeitá-la, tendo em vista o seu grande acervo de realizações apaziguadoras, mesmo em ambientes de turbulências aparentemente intermináveis. Foi a compreensão desse papel que levou o nosso protagonista a ver na Organização um casulo em que poderia tecer, pacientemente, acordos e formas possíveis de harmonia. E, depois, em formulação magistral, sugerir que ela fosse tomada como “a consciência do mundo”.

Embora não se desconheça o processo muitas vezes discutível de articulação entre os países no âmbito da ONU, ainda é possível enxergar ali uma postura ética em face de questões superiores como a paz e a condenação aos desníveis econômicos. Mais do que isso, como definiu com agudeza o próprio Sérgio Vieira de Mello, é um “corpo de racionalidade” no difícil trânsito do ideal para o real, quando entram em combustão os choques de interesse entre Estados. O que seria do mundo conflituoso sem um fórum arbitral que fixasse pelo menos posições majoritárias, como aconteceu antes da invasão do Iraque? Foi a resistência do Conselho de Segurança e a firmeza dos seus inspetores que esvaziaram, perante a comunidade internacional e mesmo dentro dos Estados Unidos, a farsa da existência de armas de destruição em massa no país invadido. Teve o governo Bush que admitir, depois, mesmo de forma evasiva, que não dispunha de provas em sua principal justificativa para o ataque.

Este conflito apresentou, em todas as fases, descontados alguns coadjuvantes, apenas três protagonistas principais: os EUA, o Iraque e a ONU. É fácil perceber, no triângulo, onde estiveram o acerto e a razão. Qualquer observador isento, diante das imagens de Saddam Hussein, George W. Bush e Kofi Annan, saberá identificar qual deles detém a autoridade moral. Cabe lembrar ainda que Vieira de Mello, refletindo sobre o papel da ONU, chegou a propor que se visse nela, representada

por seu Secretário-Geral, não apenas a mediadora de tensões, mas o grande vínculo entre a ética e a política, “junção vital para o futuro incerto da humanidade”.

A preocupação com uma lei moral para os atos humanos esteve muito presente no pensamento kantiano. Por isso a ética de Kant é compreendida como a *ética do dever*. Não por acaso Sérgio Vieira de Mello, obstinado agente do dever, tanto se preocupou com uma nova consciência universal. E há um ponto que merece atenção dos leitores. Ele escolheu a ONU para desenvolver o seu projeto de vida inteira, sendo possível que tenha havido, nesta opção, um conhecimento juvenil da trajetória de Immanuel Kant. Sabemos que o filósofo alemão, há mais de duzentos anos, foi defensor de uma “liga das nações”. Escreveu, em 1795, o artigo “Sobre a Paz Eterna”, em que propôs claramente, com antecedência mais do que centenária, a constituição de uma organização voltada para a coexistência pacífica entre os povos. Exatamente 125 anos depois daquele artigo, após a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações foi instituída. Em 1945, terminada a Segunda Guerra, a idéia ressurgiu com uma força que vem sustentando, por 59 anos, a existência da Organização das Nações Unidas.

Podemos dizer que a idéia da ONU, em seus fundamentos básicos, esteve entre as preocupações de Kant ao contemplar o mundo real. Ele preconizou esta idéia como *razão prática*, em oposição ao *estado natural* que sempre induziu os países a guerras sucessivas. O mesmo objetivo de evitar conflitos pela via de uma ordem multilateral inspirou a atuação de Sérgio Vieira de Mello, cuja visão humanista é muito clara nos escritos selecionados para esta obra em sua homenagem.

A ONU sempre desenvolveu todas as suas ações a partir de pressupostos do humanismo e não se ateve exclusivamente às questões de guerra e paz. Algumas vezes já enfrentou casos isolados de má conduta em seu corpo de servidores, o que infelizmente sempre acontece nas grandes estruturas, sejam de empresas ou de governos. Mas um generoso conceito de segurança internacional, que inclui saúde, educação, emprego e outros objetivos sociais, inspira os projetos dos seus dezesseis organismos especializados. A Organização Internacional do

Trabalho (oit), que é o seu miradouro para acompanhamento das relações nessa área, produziu um relatório sobre a globalização que foi o mais importante estudo até agora feito sobre o fenômeno. O trabalho envolveu representantes mundiais de várias áreas (empresários, lideranças trabalhistas, homens e mulheres de ciência) e concluiu que a globalização vem trilhando um caminho aético e tem no desemprego o seu mais danoso efeito colateral.

Entre 1990 e 2003, o crescimento mundial teve o ritmo reduzido e a falta de trabalho atinge, hoje, cerca de 185 milhões de pessoas. Um em cada três indivíduos economicamente ativos, isto é, cerca de um bilhão de trabalhadores, está na economia informal, subempregado ou em trabalho não-protetido. No relatório está demonstrado que os ganhos da globalização concentram-se nos países ricos, em detrimento da maioria da humanidade. Com base nesta avaliação, a ONU está defendendo uma série de regras para a livre circulação de bens e serviços, além de outras medidas que atenuem o quadro detectado. Sérgio Vieira de Mello, se vivo fosse, poderia ter papéis nas múltiplas frentes que a sua Organização vem abrindo na tentativa de melhorar o mundo.

O projeto deste livro foi alimentado pelo entendimento de que, dentro da imensidão histórica, é sempre muito breve a lembrança das gerações. Por maior que seja o impacto momentâneo de certos acontecimentos, o bater dos dias sobre os dias acaba por esmaecer o seu significado. Aos jovens que iniciarem a leitura destas páginas daqui a vinte anos, tracemos logo, em poucas linhas, o papel de Sérgio Vieira de Mello na Organização das Nações Unidas, sempre voltado para a causa da paz.

Logo após o atentado, o jornalista Jonathan Steele, do *The Guardian*, registrou em artigo uma definição que ouvira sobre o nosso compatriota e que resume, sem dúvida, todo sentido de sua vida profissional: “O melhor servidor público do mundo”. De fato, ele foi, durante a vida inteira, um funcionário da humanidade.

Palavras e expressões nem sempre revelam prontamente o seu completo significado. O que é verdadeiramente um *homem público*? Cabem nessa classificação apenas os indivíduos cujas atividades parlamenta-

res ou de governança têm grande notoriedade perante seus compatriotas? Ou também aqueles outros, igualmente devotados às questões de interesse público, e no entanto atuando sem a visibilidade dos primeiros? Entendemos que ambos merecem a designação. Entre os últimos, pela natureza de suas ocupações, acham-se os diplomatas e os altos funcionários de organizações multilaterais, como Sérgio Vieira de Mello. Ele, na maior parte de sua carreira, exerceu tarefas reservadas e longe dos holofotes da mídia. Somente a partir do trabalho na reconstrução do Timor Leste, começou o seu reconhecimento no Brasil.

É justo, embora tardiamente, conferir-lhe o atributo de homem público e, mais do que isso, o de estadista. Pois estadista, em sua acepção vernácula ou mesmo política, é a pessoa que se distingue pela competência nas grandes questões de Estado e não exclusivamente aquela que exerce individualmente o governo de um determinado país. Lendo agora o pensamento de Sérgio e respectiva interpretação dos notáveis ensaístas que participam deste livro, além de conhecermos a sua desenvoltura no exercício da liderança, cabe especular o quanto ganharia o Brasil se tivesse ele voltado a residir em seu país natal, como pretendia, após o mandato no Alto Comissariado dos Direitos Humanos. Difícil imaginar um quadro daquela estatura, reconhecida internacionalmente, entregue a uma aposentadoria precoce e sem destaque na vida pública – compreendida no sentido teimosamente imaginado pelos que sonham um Brasil melhor.

Tem o leitor em suas mãos uma obra de estudo e reflexão, não biográfica. Cabe lembrar, porém, um texto revelador que, de certo modo, preconiza toda a aventura humana do personagem central. Foi escrito por ele aos dezoito anos de idade. Os seus tímidos parágrafos, ainda em prosa de primeira mocidade, refletem o teor humanista de toda a sua produção escrita e das ações profissionais que desenvolveu em aproximadamente quatro décadas.

Ao discorrer sobre o sentido da fraternidade e defendê-la em sua mais ampla acepção social e não apenas como dever de religiosidade, o jovem Sérgio antecipava, em palavras simples, uma preocupação que iluminaria os caminhos que veio a percorrer.

Sem negar a noção moral da caridade religiosa, o pequeno artigo propõe uma fraternidade sustentada em bases jurídicas e verdadeiramente capazes de garantir-lhe a eficácia. Aí já se percebem os traços de um temperamento ativo e voltado para a racionalidade. Com base neste primeiro esboço poderíamos defini-lo, usando a expressão de John Kennedy, como “um idealista sem ilusões”.

O último parágrafo desse curioso documento exclui “uma fraternidade do tipo militar que esconde geralmente interesses puramente políticos” e propõe um equilíbrio social “edificado sobre a paz e a compreensão e não sobre o terror”. É lícito supor que, escrevendo isso, o autor tivesse em mente, naquele ano de 1966, o arbítrio de uma ditadura nascente que se prolongaria por duas décadas no Brasil.

Como professores, quando lemos hoje trabalhos de alunos em seu primeiro ano de universidade, alegra-nos a descoberta de textos assim. Talvez imperfeitos em sua forma juvenil, porém de conteúdo inspirado na sólida e eterna sabedoria dos valores humanos.

Voltemos ao papel do adulto Sérgio Vieira de Mello, que se impôs como figura exemplar e única em seu tempo. Tentando simplificar uma trajetória tão densa, fixemos momentos cruciais em sua carreira: reorganizar o Timor Leste após cruenta libertação do jugo colonial e participar de complexas missões no Sudão, Líbano, Chipre e Kosovo, por exemplo. No momento derradeiro, quando exercia o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, foi chamado a chefiar a Missão da ONU em território iraquiano, durante a ocupação daquele país pelos Estados Unidos. A invasão fora condenada pelo sistema multilateral, que depois instalou no país invadido um escritório com o fim de contribuir para a sua reconstrução, abreviar o retorno à paz e manter, de forma efetiva, a sua oposição à presença estrangeira. Tanto como quando os Estados Unidos contrariaram a maciça opinião mundial invadindo o Iraque, obscuras forças de resistência, entregues à prática do terror, elegeram a ONU como alvo de uma ira sem explicação e fizeram explodir o seu escritório. Sérgio Vieira de Mello estava entre as vítimas fatais.

Como refletiu Machado de Assis, a vida universal é para muitos uma espécie de lousa na qual se registra o caso de hoje depois de apagar o caso que ontem foi escrito. Tal noção ainda é dominante em nossos dias. O registro midiático elimina freqüentemente a força do exemplo. As novas gerações não se beneficiam das boas lições do passado e ignoram também os grandes erros, facilitando a sua repetição. Por isso a mera notícia é insuficiente para a construção da história. Impõem-se, cada vez mais, o documento, a interpretação, o livro.

As especulações voltadas para o futuro lembram o pouco conhecimento histórico entre os jovens no mundo atual. No Japão, perguntado sobre a Segunda Guerra Mundial, quando o seu país foi vitimado pela bomba atômica, um jovem universitário respondeu: “Guerra? Que guerra?”. E acrescentou que, a seu ver, Japão e EUA sempre foram aliados e amigos. Não é despropositado supor que jovens alemães desconhecem os horrores do Holocausto ou que jovens brasileiros ignorem o que aconteceu aqui durante a ditadura militar. A história se transfigura a cada dia, remetendo ao esquecimento fatos cuja releitura, como bons ou maus exemplos, traria grande benefício na formação da juventude estudantil.

Na correta visão de Edgar Morin, a memória, para não se apagar ou empobrecer, deve associar-se ao que ele chama de “pensamento historicizado”. É o que tenta fazer este livro, reconstituindo idéias que conduziram as preocupações do homenageado. Aulas Magnas, conferências, artigos e entrevistas que tratam da realidade por ele contemplada em seu privilegiado observatório. São heranças valiosas para a compreensão de um homem cujas ações práticas e nobres poderiam, no futuro, esconder as fortes convicções intelectuais que as alimentaram. Sua memória ficará porque ele foi, sobretudo, um indivíduo de pensamento complexo e historicizante, como quer Morin. Ao contrário do que se chegou a supor, Sérgio Vieira de Mello não atuou como uma espécie de executivo da paz, movido a pragmatismo e capacidade operativa. Foi, principalmente, como está demonstrado nos textos aqui reunidos, um negociador que, antes de discutir com os outros, procurava discutir consigo mesmo. Talvez seja essa uma

definição apropriada para o ato de refletir. Afinal, conforme Santo Agostinho, é no íntimo de cada um que habita a verdade. Nada é mais solitário do que o diálogo interno do pensar; e, no entanto, como afirmava Hannah Arendt, este é o melhor estímulo para que alguém busque o entendimento e a comunicação.

O diálogo, mais do que iniciativa política, é doação ética. Por meio dele uma parte recebe de outra o fruto da meditação solitária e inteligente. É desta forma que se impede a ressurreição da barbárie e materializa-se o ideal da alteridade. Os outros podem ser o inferno de cada um, como queria Sartre? Sim, mas os outros também podem representar, no intercâmbio de opiniões e idéias, fontes inesgotáveis de valores. A construção de pontes interculturais foi uma conseqüência pouco visível no trabalho deste grande ator da contemporaneidade. No momento em que personalidades mundiais optaram pelo confronto, ele escolheu a força positiva do diálogo. Desprezou a cultura do medo e do susto, do contra, do antiisso ou do antiaquilo, da negação e da discórdia. Desmistificou, mesmo sem querer, a idéia de que o combate armado é a única via para a afirmação dos heróis.

Este brasileiro tão preocupado com a consciência do mundo acreditou na força das idéias, da palavra e do convencimento, excluída qualquer medição de poderes. O seu grande instrumento de trabalho, em todos os momentos, foi a interlocução construtiva e harmoniosa. Sobre este aspecto, lembremos o que escreveu Norberto Bobbio: “O objetivo do diálogo não é demonstrar quem é o melhor, mas chegar a um acordo ou, pelo menos, clarear as idéias de ambas as partes”.

O grande pensador italiano, também há pouco desaparecido, deixou outra lição possivelmente assimilada por nosso homenageado, pois corresponde à vocação dialógica, orientadora dos seus esforços. Para empreender o diálogo, segundo Bobbio, não basta conversar. Nem sempre indivíduos que falam uns com os outros falam de fato entre si, mas freqüentemente para a platéia que os escuta. Dois monólogos, evidentemente, não fazem um diálogo. E não basta ao diálogo ficar no plano dos bons propósitos. Sérgio Vieira de Mello, sem abrir mão do pensamento filosófico e avesso à retórica exibicionista, dei-

xou uma reputação de conquistador de resultados em todas as missões, integralmente cumpridas enquanto viveu.

Dele podemos dizer, como disse Abdul Rahman Pazhwak a propósito da ONU, que, se alguma ideologia cultivou, foi a ideologia dos Direitos Humanos. Como Alto Comissário para esse fim, missão cujo desempenho se interrompeu brutalmente pela morte, Sérgio Vieira de Mello afirmou certa vez que era dever da Organização proteger os direitos humanos antes de empreender manobras diplomáticas: “Os povos em primeiro lugar, não a política”. Os fatos, em sua visão, contavam mais do que as palavras, e as demandas por direitos exigiam proteção concreta e não apenas vagas resoluções. Ocupando-se da proteção no âmbito de cada país, cogitou de um Guia das Nações Unidas sobre o tema, e, ao pedir subsídios para isso, revelou-se o avesso de um burocrata: “Tenho a intenção de convidar cada governo a expor sucintamente, *no máximo em três páginas*, os elementos do seu sistema de proteção nacional”.

A ordem mundial justa, que jamais houve, é uma síntese possível das utopias que alimentaram sonhos idos e vividos, em várias épocas ou circunstâncias. E se buscarmos, dentro da síntese, elementos ainda mais substantivos para traduzir esses sonhos, chegaremos certamente aos direitos humanos, princípios inspiradores de todas as idéias e ideais da figura central destas páginas. A chegada ao posto máximo na estrutura da ONU para o trato dessa questão numa perspectiva multilateral foi um remate previsível em sua carreira. Embora exercendo a missão por um curto período, ele deixou naquele órgão uma herança de sólidas diretrizes, que abriram novo capítulo na evolução de suas atividades. Não apenas porque morreu tragicamente em seu posto, mas por tudo que fez em vida, Sérgio tornou-se digno da reverência universal. É um brasileiro que entrou definitivamente na história do mundo.

Iniciando, em 2002, o seu mandato no Alto Comissariado, ele declarou que pela primeira vez estava enfrentando uma tarefa universal, não circunscrita geograficamente e com abrangência que envolvia todos os países: “Os direitos humanos são tudo e tudo é direito huma-

no”. Reconhecendo os impactos negativos da globalização, disse que tencionava procurar grandes companhias transnacionais “e fazê-las entender que a promoção dos direitos é talvez a melhor maneira de dar um rosto humano ao setor privado”. Associou-se, dessa maneira, ao conceito de responsabilidade social que hoje é cada vez mais cultivado pelas grandes corporações.

O seu perfil de estadista foi testado nas condições mais adversas, como no Timor Leste, em 1999, para destacar uma outra situação. Chegou a alinhar posteriormente dez pontos essenciais para que a comunidade internacional extraísse lições daquela experiência bem-sucedida. Afirmando não haver postulado teórico ou manual de operações para administrar um território devastado, revelou extraordinário senso de boa governança. Enumerou, em duas páginas, medidas práticas fundamentais ali adotadas. Destaque-se, naquele documento, uma experiência inédita no mundo, e exitosa no Timor, que foi a rigorosa igualdade de homens e mulheres na alta administração. O engajamento feminino incluiu até mesmo funções de polícia e segurança interna. As mulheres timorenses distinguiam-se pela capacidade maior de pacificação. Uma coletividade em estado de caos e carente de recursos humanos jamais poderia dispensar esta notória habilidade. Os “Dez Ensinos do Timor”, originalmente publicados em artigo na revista do Institut Universitaire d’Étude du Développement, de Genebra, mostram como ele reorganizou uma coletividade com 830 mil habitantes, em que eram faladas dezesseis línguas diversas e, simultaneamente, vivia as múltiplas carências da pobreza.

Quando chegou a uma Kosovo bombardeada e destruída pela OTAN, recusou-se a usar o título de “governador” para não constranger as lideranças locais. Naquela província arrasada, sem parlamento, justiça ou polícia, teve de “inventar” um novo sistema institucional, o que fez com grande êxito e moderação. Convidado a enunciar sua prioridade, respondeu prontamente: “A construção de instituições democráticas, respeito aos direitos humanos, uma mídia livre e democrática, direito a uma informação objetiva. Isso é importante para

criar um clima de debate político que venha a substituir a violência física e armada”. Reconheçamos que o mundo perdeu uma liderança de grande futuro. São poucos os homens de Estado, presentemente, comparáveis a ele.

Entre os destinatários deste livro estão os estudantes de Relações Internacionais, uma disciplina cada vez mais presente na universidade moderna. Cabe a esses jovens, principalmente, distinguir – nos textos que se seguem – elementos orientadores para os seus projetos de vida, identificar os valores que os embasam e perceber em que medida o conteúdo exposto se enquadra no atual estágio das relações.

Esta obra *Sérgio Vieira de Mello – Pensamento e Memória* resgata as idéias que nortearam os esforços de um homem pelos direitos de seus semelhantes em todos os cantos do mundo. E essas idéias, além de expostas nos originais do autor, são objeto de análise por nomes que honram a sua geração: Celso Lafer, Carlos Eduardo Lins da Silva, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Luciana Mancini, Gelson Fonseca Júnior, Paulo Sérgio Pinheiro e Ronaldo Mota Sardenberg. Os seus textos, na Primeira Parte, inspiram-se em reflexões de Sérgio Vieira de Mello, como Aulas Magnas, discursos, artigos e conferências. Do amplo material pesquisado, selecionamos os textos avulsos que compõem a Segunda Parte deste volume.

O conjunto publicado nas páginas a seguir permite ao leitor formar um juízo completo sobre as opiniões de Vieira de Mello em vários momentos de sua carreira na Organização das Nações Unidas. Marcando algumas vezes reações episódicas, no calor dos acontecimentos, o material complementar pode servir para seminários entre estudantes de Relações Internacionais ou, numa escala mais ampla, tornar conhecidas certas avaliações por ele feitas em torno de questões já incorporadas à história. Configura-se, no todo, um retrato mais vivo do personagem. Vemos, na Segunda Parte, não apenas a percepção do intelectual, mas a do homem público e até mesmo a do acidental e vigoroso polemista.

A nossa expectativa é que este livro possa contribuir para um balanço internacional das perdas e ganhos neste início de milênio. Entre

as perdas, a morte prematura de um grande brasileiro, vítima da insensatez humana. Entre os ganhos, as muitas vidas que ele salvou pelo uso generoso da persuasão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília/São Paulo, Editora UnB/ Imprensa Oficial do Estado/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *O Tempo da Memória*. São Paulo, Campus, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1983.
- BRUEHL-YOUNG, Elizabeth. *Hannah Arendt, for Love of the World*. New Haven, Yale University Press, 1983.
- CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. São Paulo, Códex, 2003.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Contos A*. Rio de Janeiro, Lia, 1971.
- MORIN, Edgar. *Pour sortir du vingtième siècle*. Paris, Librairie Chapitre, 1986.
- TOURAINE, Alain. *Poderemos Viver Juntos? – Iguais e Diferentes*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.